



CRCPR

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO PARANÁ

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRCPR, autarquia federal instituída pelo Decreto-Lei nº 9.295/1946, reafirma seu compromisso com a proteção de dados pessoais e com o respeito à privacidade dos titulares.

Reconhecendo a privacidade como um direito fundamental, o CRCPR estabelece a presente Política de Privacidade com o objetivo de informar, de maneira clara, transparente e acessível, como são realizadas as atividades de coleta, registro, armazenamento, utilização, compartilhamento e eliminação de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), e com as diretrizes da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

No desempenho de suas atribuições legais, o CRCPR é responsável pelo registro, fiscalização, orientação e disciplina do exercício da profissão contábil no Estado do Paraná, além de promover ações de educação continuada por meio de cursos, palestras e eventos, com vistas à qualificação profissional e à proteção da sociedade.

Para o cumprimento dessas competências institucionais, o CRCPR adota medidas técnicas e administrativas adequadas para assegurar a proteção das informações pessoais tratadas em suas atividades, observando padrões de segurança, confidencialidade e governança de dados, com procedimentos consistentes, efetivos e compatíveis com as exigências legais vigentes.

1 - OBJETIVOS

Estabelecer diretrizes claras e transparentes acerca das condições em que o CRCPR realiza o tratamento e a proteção de dados pessoais, bem como informar aos titulares sobre seus direitos e os meios disponíveis para exercê-los.

2 – DEFINIÇÕES

Para os fins desta Política, aplicam-se as seguintes definições, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD):

Dados pessoais – São as informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável, como nome, número de documentos, dados de contato, ou quaisquer outros elementos que possibilitem sua identificação direta ou indireta.

Dados pessoais sensíveis – Aquele que trata sobre origem racial/étnica, convicção ou filiação a organização religiosa, opinião ou filiação a partido político, filiação a sindicato, filiação a organização filosófica, dado referente à saúde ou à vida sexual e dado genético ou biométrico.

Princípios – Orientam o tratamento de dados pessoais, incluindo: finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Anonimização – Técnica para que o dado fique anonimizado, ou seja, não possa ser identificada a pessoa, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Pseudoanonimização – Tratamento pelo meio do qual os dados perdem a possibilidade de associação direta ou indireta (a pessoa não será mais identificável), senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente. Ressalte-se que dados pseudonimizados são considerados dados pessoais para fins da LGPD.

Tratamento – Coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Agentes de tratamento – Controlador e operador.

Controlador – Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador – Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado (DPO) – Pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados pessoais e a Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

ANPD – A Agência Nacional de Proteção de Dados Pessoais é o órgão responsável por zelar pela proteção de dados pessoais e por implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

3 - DIREITOS DO USUÁRIO

O titular dos dados pessoais possui o direito de exercer o controle sobre seus dados, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), podendo, a qualquer tempo, solicitar o exercício dos direitos previstos no art. 18 da referida legislação.

Dentre esses direitos, destacam-se:

- Confirmação da existência de tratamento de dados pessoais;
- Acesso aos dados;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários ou tratados em desconformidade;
- Portabilidade dos dados, quando aplicável;
- Informação sobre o compartilhamento de dados com entidades públicas e privadas;
- Revogação do consentimento, quando essa for a base legal do tratamento;
- Revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais, quando aplicável.

Os dados pessoais serão mantidos pelo período necessário ao cumprimento das finalidades que justificam o seu tratamento, observando-se os prazos legais, contratuais e regulatórios aplicáveis.

O titular poderá, mediante solicitação, acessar, corrigir ou atualizar seus dados pessoais, bem como exercer quaisquer dos direitos previstos na LGPD, por meio dos canais oficiais de atendimento do CRCPR.

Quanto as comunicações institucionais por meio eletrônico, o titular poderá solicitar o cancelamento do envio a qualquer tempo, por meio dos mecanismos disponibilizados ou por contato direto com o CRCPR.

Quando o tratamento estiver fundamentado no consentimento, o titular poderá, a qualquer momento, conceder, revisar ou revogar sua autorização, sem prejuízo da legalidade dos tratamentos realizados anteriormente ou daqueles baseados em outras hipóteses legais previstas na LGPD.

As solicitações relacionadas ao exercício de direitos poderão ser encaminhadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) por meio do e-mail: **dpo@crcpr.org.br**.

4 - FINALIDADE DE USO DOS DADOS

O CRCPR realiza o tratamento de dados pessoais com a finalidade de cumprir suas competências legais e institucionais, bem como para viabilizar a prestação de serviços, aprimorar a experiência dos usuários em seus ambientes digitais e manter canais de comunicação ativos e eficazes.

Os dados pessoais e os registros de atividades poderão ser utilizados para atender obrigações legais e regulatórias, executar serviços públicos sob sua responsabilidade, promover interação institucional e aperfeiçoar continuamente os serviços disponibilizados.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes finalidades relacionadas às atividades do CRCPR.

Principais serviços disponibilizados pelo CRCPR:

- Cadastro de registro profissional de pessoas físicas e jurídicas;
- Emissão da carteira de identidade profissional;
- Emissão de certidões e documentos oficiais;
- Negociação de anuidades, multas e emolumentos;
- Atividades de desenvolvimento e educação profissional continuada;
- Prestação de contas do programa de educação profissional continuada;
- Processos de fiscalização e disciplina profissional;
- Processos de execução e cobrança;
- Consultas a profissionais e organizações contábeis;
- Atendimento a manifestações por meio da Ouvidoria; e canais institucionais;

- Atendimento de pedidos de acesso à informação (Lei de Acesso à Informação – LAI);
- Gestão de banco de oportunidades e iniciativas de empregabilidade.

Principais serviços disponibilizados pelo CRCPR:

- Cadastro nacional dos auditores independentes (pessoa física e jurídica);
- Cadastro nacional de peritos contábeis;
- Emissão de certidão de aprovação no exame de suficiência;
- Relação de aprovados nas edições do exame de suficiência;
- Emissão de Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (DECORE).

O tratamento de dados será sempre realizado em conformidade com os princípios da finalidade, adequação e necessidade, limitando-se ao estritamente necessário para o atendimento das finalidades institucionais do CRCPR.

5 - DIRETRIZES GERAIS

O acesso e a utilização dos serviços disponibilizados pelo CRCPR implicam a ciência, pelo usuário, dos termos desta Política de Privacidade.

O tratamento de dados pessoais realizado pelo CRCPR ocorre em conformidade com as bases legais previstas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), especialmente aquelas relacionadas ao cumprimento de obrigações legais, ao exercício de competências institucionais e à execução de políticas públicas.

Esta Política tem por finalidade assegurar transparência quanto às práticas de tratamento de dados adotadas pelo CRCPR, não constituindo, como regra, fundamento exclusivo de consentimento para o tratamento de dados pessoais.

5.1 - Coleta de Dados e Registro de Atividades

Os dados pessoais tratados pelo CRCPR são coletados por meio da interação do titular com seus serviços e sistemas, incluindo:

a) Dados cadastrais para registro profissional: nome, CPF, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, filiação, endereço, telefone, endereço eletrônico e informações sobre formação acadêmica;

b) Dados para participação em atividades institucionais: informações fornecidas para inscrição em palestras, cursos e eventos, tais como nome, número de registro profissional e/ou CPF e endereço eletrônico.

O CRCPR adota medidas para garantir a qualidade e a atualização dos dados pessoais tratados, sendo responsabilidade do titular fornecer informações corretas, completas e atualizadas.

As interações realizadas nas plataformas digitais do CRCPR poderão ser registradas por meio de logs de acesso, com a finalidade de assegurar a segurança, a rastreabilidade e o adequado funcionamento dos serviços.

O CRCPR poderá utilizar soluções de Inteligência Artificial (IA) e algoritmos automatizados como ferramentas de apoio às suas atividades institucionais e à prestação de serviços, sempre com vistas à inovação, eficiência, transparência e à proteção dos direitos fundamentais dos titulares; tais utilizações observarão os princípios de proteção de dados, especialmente os da finalidade, adequação, necessidade e transparência, para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

O CRCPR poderá coletar e tratar áudios e imagens (fotografias e gravações de vídeo) de titulares de dados pessoais em suas dependências, locais de terceiros ou ambientes digitais em que promova eventos e reuniões ou de que seus representantes participem, em conformidade com a proteção de dados. As imagens e áudios são utilizados para finalidades legítimas e específicas, especialmente para o registro e a divulgação institucional de atividades e eventos, em matérias jornalísticas escritas, sonoras ou em vídeo, relatórios, boletins informativos e posts nas redes sociais da autarquia. Para aprimoramento da qualidade das imagens e áudios, poderão ser utilizadas ferramentas e softwares de terceiros.

O CRCPR utiliza ferramentas de análise, como o Google Analytics, que coletam informações relacionadas ao acesso e à navegação, tais como endereço IP, tipo de navegador, idioma, páginas acessadas e duração da sessão, por meio de cookies e tecnologias similares através de permissões gerenciáveis. Tais dados são utilizados para fins estatísticos e de melhoria dos serviços, observadas as disposições legais aplicáveis.

Todas as tecnologias utilizadas nos ambientes digitais do CRCPR observam a legislação vigente e as disposições desta Política de Privacidade.

O portal do CRCPR poderá conter links para sites ou plataformas de terceiros, os quais possuem políticas de privacidade próprias e independentes. O CRCPR não se responsabiliza pelas práticas de tratamento de dados adotadas por esses terceiros, cabendo ao usuário consultar e avaliar as respectivas políticas ao acessar ambientes externos.

5.2 - Publicidade

O CRCPR utiliza ferramentas de terceiros para fins de análise de audiência, mensuração de desempenho e exibição de conteúdo multimídia em seus ambientes digitais, tais como serviços de estatística de acesso (Google Analytics) e provedores de hospedagem e reprodução de conteúdo audiovisual (plataformas de vídeo e redes sociais incorporadas às páginas do CRCPR).

Essas ferramentas podem coletar informações relacionadas ao acesso e à navegação — como endereço IP, tipo de navegador, idioma, páginas visitadas e duração da sessão — por meio de cookies e tecnologias similares, cujo uso é gerenciável pelo titular através do banner de preferências de cookies disponibilizado no portal do CRCPR.

O CRCPR não comercializa dados pessoais nem os disponibiliza a terceiros para fins de publicidade comportamental. A eventual coleta de dados por essas ferramentas destina-se exclusivamente às finalidades institucionais descritas nesta Política, como aprimoramento dos serviços digitais, mensuração de audiência e divulgação de conteúdo institucional, observados os princípios da finalidade, adequação e necessidade previstos na LGPD.

Os terceiros, fornecedores dessas ferramentas, atuam como operadores ou possuem políticas de privacidade próprias, cabendo ao titular consultá-las quando desejar mais informações sobre o tratamento realizado diretamente por esses terceiros.

5.3 - Armazenamento dos Dados e Registros

Os dados pessoais e os registros de atividades tratados pelo CRCPR são armazenados em ambientes seguros e controlados, pelo prazo necessário ao cumprimento das finalidades que justificam o tratamento, bem como para atendimento às obrigações legais, contratuais e regulatórias aplicáveis, em conformidade com a legislação vigente, tabela de temporalidade, incluindo o Marco Civil da Internet.

Os dados poderão ser armazenados em servidores localizados no território nacional ou em infraestrutura tecnológica baseada em computação em nuvem (*cloud computing*). Nesses casos, poderá ocorrer o processamento ou a transferência de dados para outros países, observadas as garantias previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas expedidas pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), assegurando-se a adoção de mecanismos adequados de proteção e segurança da informação.

5.4 - Base Legal para Processamento de Dados

O tratamento de dados pessoais realizado pelo CRCPR está fundamentado nas bases legais previstas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), observando especialmente, as hipóteses aplicáveis à Administração Pública e ao cumprimento de suas competências institucionais.

Dentre as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pelo CRCPR, destacam-se:

- a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador (art. 7º, II);
- b) Execução de políticas públicas, previstas em leis e regulamentos (art. 7º, III);
- c) Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular (art. 7º, V);
- d) Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (art. 7º, VI);
- e) Atendimento de legítimos interesses do CRCPR ou de terceiros, desde que respeitados os direitos e liberdades fundamentais do titular (art. 7º, IX), quando aplicável;

f) Consentimento do titular (art. 7º, I), de forma excepcional e nas situações em que seja necessário.

O tratamento de dados pessoais será sempre realizado de forma compatível com a finalidade que o justifica, observando os princípios da necessidade, adequação e transparência previstos na LGPD.

6 - COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais coletados e os registros de atividades poderão ser compartilhados pelo CRCPR, quando necessário e no estrito cumprimento de suas finalidades institucionais, com:

- a) parceiros, fornecedores e prestadores de serviços, na medida necessária para viabilizar a execução dos serviços, o cumprimento de obrigações legais e regulatórias, bem como o atendimento das finalidades previstas nesta Política;
- b) autoridades judiciais, administrativas ou governamentais competentes, mediante requisição, determinação legal ou ordem judicial;
- c) Conselho Federal de Contabilidade – CFC, no âmbito das atribuições legalmente estabelecidas.

O acesso interno aos dados pessoais é restrito a empregados devidamente autorizados, observando-se os princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade, bem como o dever de confidencialidade e a preservação da privacidade dos titulares, nos termos desta Política e da legislação aplicável.

7 - DISPOSIÇÕES GERAIS

O CRCPR poderá atualizar esta Política de Privacidade a qualquer tempo, com vistas ao seu aprimoramento contínuo, bem como para adequação a eventuais alterações legais, regulatórias ou institucionais. Recomenda-se que o titular consulte periodicamente este documento para ciência de suas disposições atualizadas.

Na hipótese de alterações relevantes que impactem significativamente o tratamento de dados pessoais, o CRCPR adotará os meios adequados para comunicação aos titulares, quando necessário, inclusive para obtenção de novo consentimento, quando aplicável.

Eventuais dúvidas, solicitações ou esclarecimentos acerca desta Política poderão ser encaminhados por meio do canal de contato indicado ao final deste documento.

Caso qualquer disposição desta Política venha a ser considerada inválida, ilegal ou inexecutável por autoridade competente, as demais disposições permanecerão em pleno vigor e efeito.

O titular reconhece que as comunicações realizadas por meios eletrônicos, incluindo correio eletrônico, sistemas digitais e outros canais oficiais do CRCPR, possuem validade jurídica e poderão ser utilizadas como meio de prova, nos termos da legislação aplicável.

Esta Política de Privacidade será regida e interpretada de acordo com a legislação brasileira, sendo competente o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Curitiba/PR para dirimir eventuais controvérsias, ressalvadas as hipóteses de competência legal específica.

8 - ALTERAÇÕES DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada a qualquer momento para atender alterações legais, regulatórias ou melhorias institucionais do CRCPR.

A versão vigente estará sempre disponível em nosso portal, com a indicação da data da última atualização. Em caso de alterações relevantes, os usuários serão devidamente comunicados pelos meios disponíveis.

9 - COMO ENTRAR EM CONTATO CONOSCO

Para solicitações, esclarecimentos de dúvidas ou envio de comentários relacionados a esta Política de Privacidade ou ao tratamento de dados pessoais, o titular poderá entrar em contato com o CRCPR por meio do seguinte canal:

dpo@crcpr.org.br

DELIBERAÇÃO CRCPR Nº 037, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.



CRCPR

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO PARANÁ

crcpr.org.br



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE